

ANDRÉ BARATA, LUÍS PEREIRA COUTINHO,
MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO (ORGS.)

Populismo e Democracia



Índice

| | |
|---|-----|
| Introdução <i>Miguel Nogueira de Brito, Luís Pereira Coutinho, André Barata</i> | 9 |
| Populismo e liberalismo: entre direita conservadora e esquerda progressista <i>Alexandre Franco de Sá</i> | 17 |
| Populismo, democracia e transformação <i>André Barata</i> | 47 |
| Foi você que disse «populismo»? <i>António Bento</i> | 71 |
| Excepcionalidade e particularidades do populismo em Espanha <i>Astrid Barrio</i> | 99 |
| O povo do populismo <i>Diogo Pires Aurélio</i> | 129 |

Populismo e antagonismo: uma crítica

a Ernesto Laclau

José Luis Villacañas 161**Populismo e representação política***Luís Pereira Coutinho* 187**A inevitabilidade do populismo***Miguel Nogueira de Brito* 207

Introdução

Miguel Nogueira de Brito

Luís Pereira Coutinho

André Barata

No momento contemporâneo, diferentes discursos ou projetos políticos, com distintas configurações, têm sido designados como «populistas». Tal não torna o correspondente fenómeno menos esquivo em termos teóricos, bem pelo contrário. Desde logo, cumpre saber se estamos, a respeito do populismo, perante um verdadeiro conceito ou, ao invés, apenas perante um nome, recorrentemente utilizado como arma de desqualificação de adversários.

Cientes da dificuldade, mas recusando a intratabilidade do tema, os ensaios que compõem este livro colocam o conceito ou nome «populismo» — consoante a perspectiva — em relação com outro termo com foros estabilizados na teoria política: a democracia, entendida, conforme o caso, em termos empíricos ou normativos. Em diferentes abordagens, a relação entre populismo e democracia é encarada, ora como de complementaridade ou mútuo reforço, ora como de tensão ou mesmo de incompatibilidade. Esteve concomitantemente em causa verificar em que medida os discursos ou projetos políticos populistas

oferecem ou não perspectivas de recuperação da política ou mesmo da «autonomia do político».

A iniciar, Alexandre Franco de Sá relaciona os termos «liberalismo» e «populismo», este último tido não como um «conceito», mas como um «nome». O seu uso recorrente, muitas vezes como arma semântica de desqualificação de adversários, será um sintoma da atrofia da capacidade da democracia liberal de «tornar a vontade do povo controlada e previsível», em muito devida à pulverização do aparelho mediático, até agora expressão da sua hegemonia. Segundo Franco de Sá, essa atrofia ter-se-á evidenciado precisamente num momento em que a democracia liberal desenvolveu características patológicas (o pensamento único num contexto narrativo de «fim da história», a transformação de governos políticos em governos «de especialistas», a debelação da conflitualidade política com a anulação das diferenças entre esquerda e direita). Ora, será a essas patologias que os populismos reagem, fazendo reemergir uma conflitualidade política longamente adormecida, bem como a sua transformação em pretendida «conflitualidade povo-elite». Apesar dos evidentes traços de falsificação e maniqueísmo que identifica nessa reação, Franco de Sá crê que «alguns movimentos populistas podem ser o veículo para um reencontro entre política e história, ajudando a conduzir as democracias liberais contemporâneas para além do presente hipertrofiado em que se encontram, abrindo-as tanto à sua história e instituições passadas quanto a uma verdadeira deliberação, discussão e confrontação em torno das suas possibilidades futuras».

Também António Bento vê no «populismo» uma reação ao desaparecimento da política — mais rigorosamente, vê no uso desqualificador do nome «populismo»

uma tentativa de abafar essa reação e assim manter debelada a conflitualidade política. Tal como Franco de Sá, António Bento mantém-se cético sobre a possibilidade de construção de um conceito de «populismo», pois «a redução da diversidade e complexidade de experiências políticas ditas “populistas” a um denominador comum conceptualmente unívoco e coerente não é nem cientificamente correta, nem politicamente consequente». Não obstante isto, a eclosão dessas experiências ou pretensões marcam um mundo contemporâneo que se pretenderia livre delas, um mundo assim pós-político ou não-político. Reconhecendo-o, Bento não contrapõe a essa eclosão uma visão não corrompida da «democracia», afirmando antes que esta «nunca foi mais do que uma livre concorrência de demagogias», de inerentes tentativas de «lisonja» do «povo». Infere-se daqui que condenar aquilo que abusivamente se diz ser «populismo» será na verdade condenar a democracia. Será precisamente essa condenação que se encontra na indistinção entre «saber pericial» e «saber político» ou na correspondente confusão entre «*governance* neoliberal» e governo político. São, na verdade, termos declináveis como políticos ou como relevantes da política em sentido próprio — sobretudo um conceito político de «povo», assim atravessado por uma «fratura política constitutiva» — que Bento pretende recuperar.

Ao contrário de António Bento, André Barata parte de uma visão normativa da democracia — uma visão que se pode dizer «ecológica», já que a encara como um sistema que implica um equilíbrio de partes ou princípios —, o que se evidencia na sua seleção, como tema central, daquilo que denomina como «patologias da democracia face ao populismo». O autor configura tais patologias no quadro de três tensões opostas que atravessam a

democracia contemporânea: as tensões entre oclocracia e epistocracia, entre confiança e transparência (ou oclocracia e totalitarismo de vigilância), e entre igualismo formal e igualismo formal. Cada um dos polos dessas tensões ou antíteses correspondem a ausências de equilíbrio — e, por isso mesmo, a patologias da democracia que neles encontram «extremos» que paradoxalmente lhe são próprios. Segundo Barata, todos esses extremos, salvo a epistocracia, se encontram nalgum tipo de populismo, assim configurado como uma «ameaça interna» da democracia. No entanto, para Barata, o que está então em causa não é meramente um fenómeno político, não se podendo cingir o populismo a «um desprezo pela democracia perante os seus défices». Do que se trata verdadeiramente é da «expressão política de um fenómeno social que se dissemina globalmente — a aceleração do tempo social na modernidade tardia, no contexto da globalização e da desmaterialização da vida social e económica», contexto esse que é de inerente dissolução da soberania económica dos Estados, de estagnação do crescimento e de crescente perda de igualdade de oportunidades. Em correspondência, não será realista qualquer perspectiva de compreensão, e ainda menos de superação, do populismo que não se encontre mergulhada «nas raízes socioeconómicas do nosso tempo».

Uma conceção normativa da democracia — mais precisamente da democracia liberal — encontra-se também subjacente ao tratamento de Astrid Barrio, particularmente focado no caso espanhol. Com efeito, a análise de Barrio parte da contraposição entre uma conceção liberal e uma conceção iliberal de democracia. Esta última caracteriza-se por uma visão «literal» do povo, assim colocado em posição antagónica às instituições e